

REVISTA DE DIREITO DA CIDADE

Editorial para o vol. 07-2 (2015)

A Revista de Direito da Cidade, nesse volume 07, número 02, o segundo número do ano de 2015, tem a enorme satisfação de informar a todos os seus leitores e amigos que, agora, no mês de junho de 2015, a CAPES, Fundação vinculada ao Ministério da Educação, através de sua Comissão Qualis Periódicos, classificou a nossa Revista, em seu estrato máximo, como A1!

Esse é um resultado extraordinário que deixa a todos nós muito felizes e nos impõe a imensa responsabilidade de produzir uma Revista jurídica cada vez melhor para o nosso público leitor em todas as áreas que tenham o Direito da Cidade como objeto de estudo.

O QUALIS é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos periódicos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção.

No Brasil existem cerca de 915 Revistas jurídicas (dados de 2007) e destas somente 08 Revistas jurídicas científicas são classificadas com Qualis A1, Direito. E uma delas agora é a nossa Revista de Direito da Cidade!

Além disso, nossa Revista tem tido uma ampla abrangência de leitura no meio acadêmico nacional e internacional, tendo obtido nessa mesma avaliação um Índice de Impacto Qualis, Direito (2013-2014) de 5,58 e tendo também um Índice H5 Google Scholar Metrics (2009-2013) de 3,00.

Nesse volume 07, número 02, temos o orgulho de apresentar nosso primeiro Dossiê temático internacional sobre Energias Renováveis, um resultado no âmbito do Projeto de Pesquisas CAPES/COFECUB nº. 809-14 - Energias renováveis, descentralização e o papel dos entes federados - reunindo pesquisadores franceses e brasileiros, contendo 09 artigos inéditos sobre esse tema.

O Dossiê Energias Renováveis foi organizado pelo Professor Doutor Mauricio Mota, Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e coordenador do Projeto de Pesquisas CAPES/COFECUB nº. 809-14, e procurou analisar aspectos e potencialidades do emprego de energias renováveis no Brasil no âmbito de um federalismo que compatibiliza descentralização político-

administrativa com cooperação material entre todos os seus integrantes, de modo a promover a sustentabilidade socioambiental, sem, contudo, desconsiderar as particularidades regionais e locais. Para apreender algumas dessas potencialidades brasileiras, foram estudadas em artigos do Dossiê as experiências francesas que já avançaram em questões de produção e incentivo de uso descentralizado de energias renováveis. O objetivo principal foi propor alternativas regulatórias descentralizadas para o emprego de energias renováveis.

Isso ficou evidenciado nos artigos que compõem o dossiê como o de Flavia da Costa Limmer que aborda as concessões florestais e geração de energia por biomassa de resíduos madeireiros; ou o de Rosângela Marina Luft que analisa l'état brésilien et l'insertion des énergies; ou o de Mauricio Mota que estuda a função socioambiental da propriedade - a compensação ambiental decorrente do princípio do usuário pagador. Merece destaque no Dossiê a experiência francesa, com o artigo do Prof. Norbert Foulquier, Professor de Direito Público da Université Paris 1 – Panthéon-Sorbonne e Co-Diretor do SERDEAUT, sobre les collectivités locales et les éoliennes. L'utilisation de leur foncier au service de leur population. Compõem ainda o Dossiê os artigos de Pedro Curvello Saavedra Avzaradel sobre licenciamento de usinas hidrelétricas, reservatórios e áreas de preservação permanente; de Igor Sporch da Costa sobre matriz energética brasileira: considerações sobre as fontes que a compõem em uma noção ampla de sustentabilidade; de Arícia Fernandes Correia e Talden Farias sobre regularização fundiária sustentável, licenciamento urbanístico-ambiental e energia solar; de Angela Moulin Penalva Santos sobre petrole, energies renouvelables et la dispute au niveau federal au Bresil e de Ronaldo Serôa da Motta sobre infraestrutura e sustentabilidade ambiental no Brasil. Todos eles compoem, em conjunto, um amplo panorama das energias renováveis no Brasil e de apresentação de possibilidades regulatórias para os temas objeto de estudo.

Nesse volume 07, número 02, publicamos também quinze artigos inéditos, sendo 08 artigos de professores estrangeiros: Percepciones del sistema judicial sobre el derecho al espacio público: el caso de la venta callejera en la Ciudad de Buenos Aires, Argentina, da Professora Anahí Patricia Gonzalez, da Facultad de Ciencias Sociales da Universidad de Buenos Aires – UBA; Retejiendo lo social en el sureste mexicano; un ejercicio de intervención y acción comunitaria en dos barrios marginales de Ciudad del Carmen, Campeche, de Moisés Frutos Cortés, da Facultad de Ciencias Económicas Administrativas de la Universidad Autónoma del Carmen, Campeche, México, e de Cristhoper Bogart Márquez Rodríguez, investigador para el Centro de arte y cultural Circo Volador A.C.; Urbanización y acceso de los sectores populares al suelo urbano em la ciudad de Córdoba (Argentina). Políticas de estado y espacios en

tensión, de Carla Eleonora Pedrazzani e Paula Andrea Pedrazzani, da Universidad Nacional de Córdoba; A governação de territórios metropolitanos. Contexto institucional e de planeamento, de Rui Filipe Arango Florentino, do Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa e de José Miguel Fernández Güell, da Universidad Politécnica de Madrid; Detrás de un “espacio verde” o a propósito de la utilización del discurso ambiental. Apuntes sobre la juridificación de um conflicto urbano, de Maria Laura Canestraro, investigadora del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, docente-investigadora y extensionista de la Universidad Nacional de Mar del Plata; Epistemologías del ruido en la metrópolis: elementos para una discusión sociocultural, de Felipe de Alba Murrieta, da Universidad Autónoma Metropolitana, México e Oscar Adán Castillo Oropeza, da Universidad Autónoma del Estado de México - Unidad Académica Profesional Huehuetoca; La ciudad como escenario, de Paula Cecilia Rosa, da Universidad de Buenos Aires – UBA e membro do Programa Integral de Economía Solidaria de la Universidad Nacional de San Martín – UNSAM e Intervenção e percursos: entre a ideia de estrutura e a manipulação da memória na Europa, de Maria Beatriz Medeiros Kother, da Faculdade de Arquitetura da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Antônio Salvador de Matos Ricardo da Costa, Professor da Faculdade de Arquitetura do Instituto Técnico Superior de Lisboa e Victoriano Sainz Gutiérrez, da Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Sevilla.

Na Seção Ensaio publicamos um instigante ensaio sobre Direito formal e informal nos centros urbanos brasileiros, do Professor Ricardo César Pereira Lira, Professor Emérito da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Nesse ensaio o Professor busca analisar o adensamento demográfico, o déficit habitacional, a existência de favelas nos centros urbanos como fatos da realidade brasileira, que tiveram início historicamente com a abolição da escravatura, e que acarretaram um inchaço das cidades, com a ocupação desordenada e injusta do solo nos centros urbanos, com consequências altamente danosas. Em suma focar os diversos aspectos da cidade formal e da cidade informal e propugnar que, por uma imposição da justiça social, da dignidade da pessoa humana, da necessidade de erradicar a pobreza e a marginalidade, de reduzir as desigualdades sociais, e por todos os outros princípios constantes da Constituição Federal de 1988, é fundamental integrar a Cidade Informal na Cidade Formal.

Como nas ocasiões anteriores, ampliamos o número de nossos pareceristas/avaliadores, com a inclusão de muitos Professores, de inúmeros Estados do país e também de muitos professores estrangeiros.

Publicamos ainda, para consulta imediata dos leitores, os links dos diversos indexadores nacionais e internacionais de Revistas e periódicos onde nossa Revista de Direito da Cidade está indexada.

Agradecemos, sempre e sempre, a todos os leitores, autores, avaliadores e colaboradores pela colaboração e confiança e pelo sempre excelente trabalho realizado, que se coroa agora com a classificação Qualis A1, Direito. Lembramos que as submissões para a Revista de Direito da Cidade são permanentes e devem ser realizadas pelo sistema, diretamente na página da Revista.

Boa leitura a todos!

Mauricio Mota

Editor da Revista de Direito da Cidade